

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º Semestre 2005

REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO(S) PLANO(S) DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 05/08/2005, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para que a análise do resultado da Política de Investimentos fosse feita e, assim, apresentou a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1 – Aderência da gestão dos recursos garantidores.

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos.

2 – Rentabilidade

Verificamos, com base na documentação suporte, que a rentabilidade auferida no 1º semestre está acima da meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos, uma vez que esta é calculada com base no índice IGP-M + 6%. Com a queda do índice IGP-M no decorrer do primeiro semestre de 2005, a rentabilidade ficou acima da meta, e acompanhou o retorno do CDI, que é o Benchmark das aplicações financeiras da Fundação.

- a) Meta Atuarial: 4,75%
- b) CDI: 8,92%
- c) Renda Fixa: 8,93%
- d) Renda Variável: 0,00% (não houve investimentos neste período)
- e) Operações com Participantes: 12,24%

3 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- a) Consultorias: R\$ 10.279,68
- b) Custódia: R\$ 15.215,88
- c) Taxa de Administração: R\$ 87.230,36
- d) Taxa de Controladoria: R\$ 17.651,34

4 – Controle de riscos

Verificamos, com base na documentação suporte, que os riscos de crédito e da divergência não planejada estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos.

REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 05/08/2005, verificou, com base na documentação disponibilizada, a aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º, da resolução MPS/CGPC nº13, de 10/10/2004.

2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal, participantes, patrocinadores e conselhos.

3 – Cronograma de controles internos

Verificamos que a entidade elaborou o cronograma de adequação dos controles internos, consoante ao § 1º, do artigo 23, da resolução MPS/CGPC nº13, de 10/10/2004.

4 – Regimento Interno e Código de Ética

Verificamos que a entidade adota o Regimento interno, bem como o código de ética do grupo. Porém, está em estudo um código adaptado à Funsejem e adequado à resolução MPS/CGPC nº13, de 10/10/2004.

5 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controles das Contribuições;
- Controle dos Benefícios Concedidos;
- Controle das Contas dos Participantes;
- Controle da Portabilidade;
- Controle da Contabilidade por Planos;
- Controle dos Custos Tributários;
- Controle da Execução Orçamentária;
- Controle da Política de Investimentos;
- Controle da Agenda de Obrigações junto a SPC/MPS/Receita Federal e Divulgações.

Com base nas verificações e análises dos controles internos, afirmamos que os controles da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto na resolução MPS/CGPC nº13, de 10/10/2004.

REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 05/08/2005, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para que a análise do resultado da execução do planejamento Orçamentário fosse feita e apresentou a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1 – Execução do Custeio Administrativo.

Verificamos que as receitas e despesas estimadas estão sendo realizadas acima de suas estimativas, conforme demonstrado a seguir:

Acompanhamento Orçamentário Custeio Administrativo

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	RESULTADO
Fontes de Custeio	R\$ 667.218,96	R\$ 807.304,26	R\$ 140.085,30
Administração Previdencial	R\$ 622.776,96	R\$ 702.656,03	R\$ 79.879,07
Administração dos Investimentos	R\$ 44.442,00	R\$104.648,23	R\$ 60.206,23
Despesas	R\$ 667.218,96	R\$ 805.547,91	R\$ (138.328,95)
Administração do Previdencial	R\$ 622.776,96	R\$ 775.268,62	R\$ (152.491,66)
Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 262.550,00	R\$ 233.127,03	R\$ 29.422,97
Serviços de Terceiros	R\$ 170.044,00	R\$ 191.615,91	R\$ (21.571,91)
Despesas Gerais	R\$ 184.563,00	R\$ 342.429,83	R\$ (157.866,83)
Comunicação	R\$ 132.723,00	R\$ 278.195,83	R\$(145.532,83)
Outras despesas	R\$ 51.840,00	R\$ 64.234,00	R\$ (12.334,00)
Depreciação/ Amortização	R\$ 5.619,96	R\$ 8.095,85	R\$ (2.475,89)
Administração dos Investimentos	R\$ 44.442,00	R\$ 30.279,29	R\$ 14.162,71
Serviços de Terceiros	R\$44.442,00	R\$ 30.279,29	R\$ 14.162,71

Comentários:

- Houve aumento da contribuição em função da entrada da nova patrocinadora denominada Belocal.
- As despesas com serviços de terceiros, comunicação e outras despesas ultrapassaram o valor projetado em função de trabalhos extras tais como a unificação dos planos de benefícios, o processo de Retirada da Indaiá Táxi Aéreo e outros serviços oriundos de nova legislação.
- As despesas com depreciação fecharam o semestre com valor superior ao projetado em função da compra de novos ativos.

São Paulo, 05 de agosto de 2005

Antonio Felix Dilinski
Presidente do Conselho Fiscal

Jorge Juliano de Oliveira
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Luiz Carlos Passadore
Conselheiro

Roger Leandrino
Conselheiro